

**COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 58.877.812/0001-08

NIRE 35.300.175.891

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2.001**

**I. Data, Hora e Local**

I.1 Em 19 de junho de 2.001, às 10:00 horas, na sede social sita à Rua Araçari, nº 164, Itaim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

**II. Presença**

II.1 Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se depreende das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

**III. Edital de Convocação**

III.1 Dispensada a publicação do edital de convocação, em face do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**IV. Composição da Mesa**

IV.1 Presidente: Sr. Walter Francisco Lafemina, e

IV.2 Secretário: Luiz Ângelo de Andrade Zanforlin.

**V. Ordem do dia**

V.1 Proposta de abertura do capital da Companhia mediante o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta.

V.2 Criação do Conselho de Administração da Companhia, eleição de seus membros, bem como fixação da remuneração global dos Administradores.



V.3 Emissão para distribuição pública de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) (“Emissão”);

V.4 Autorização a ser conferida à Administração da Companhia para contratação de uma ou mais instituições financeiras para a colocação pública das debêntures, bem como autorização para a prática dos atos necessários à formalização da Emissão.

V.5 Projeto de reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

## **VI. Deliberações por unanimidade de votos dos acionistas**

VI.1 Foi aprovado a proposta de abertura do capital da Companhia, mediante o registro da Companhia junto à CVM como companhia aberta, nos termos do artigo 21 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterações subsequentes, para negociação de seus valores mobiliários no mercado de balcão organizado.

VI.2 Foi aprovada a criação do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 138, § 2º da Lei 6.404, de 15 de novembro de 1976, sendo, neste ato, eleitos como membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de três (3) anos, a encerrar-se por ocasião da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, os Srs.:

- i) WALTER FRANCISCO LAFEMINA, brasileiro, separado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.555.561 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 287.724.908-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Araçari, nº 164, Itaim, para ocupar o cargo de Conselheiro Presidente;
- ii) RICARDO JOSÉ RODRIGUES FONTOURA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 7.506.578 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob nº 047.905.228-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Caropá, nº 570, para ocupar o cargo de Conselheiro Vice-Presidente; e
- iii) RICARDO BANDEIRA VILLELA, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 14.166.852 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob nº 171.440.798-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua

Fábio Lopes dos Santos Luz, nº 60, para ocupar o cargo de Conselheiro sem designação específica.

VI.2.1 Foi fixado o montante máximo de R\$ 901.000,00 (novecentos e um mil reais), a título de remuneração global a ser paga, anualmente, à Administração, sendo que, deste valor, R\$ 1.000,00 (um mil reais) será destinado ao pagamento dos membros do Conselho de Administração, ficando o remanescente a ser distribuído aos membros da Diretoria.

VI.3 Foi aprovada, por unanimidade, a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública, com as seguintes características e condições: **i) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão de todas as séries de debêntures será 1º de agosto de 2001 (“Data de Emissão”); **ii) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de vinte e quatro milhões de reais (R\$24.000.000,00), na Data de Emissão; **iii) Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:** serão emitidas vinte e quatro mil (24.000) debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais (R\$1.000,00), na Data de Emissão; **iv) Séries:** serão emitidas dezenove (19) séries de debêntures; cada série terá prazo e data de vencimento diferentes da outra série; a primeira série será formada por nove mil e seiscentas (9.600) debêntures, e as dezoito (18) séries subsequentes serão formadas por oitocentas (800) debêntures cada; **v) Prazos e Datas de Vencimento:** para determinação do prazo de cada série respectiva, adotar-se-á a seguinte fórmula:  $M = 30 + (N - 19)$ , onde  $M$  é o prazo em meses da série, a contar da Data de Emissão, e  $N$  é o número da série respectiva; assim, o prazo da primeira série será de doze (12) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo portanto em 1º de agosto de 2002, e a décima nona (19ª) e última série terá prazo de trinta (30) meses, vencendo portanto em 28 de fevereiro de 2004; cada série será integralmente resgatada na respectiva data de vencimento, pelo seu valor nominal atualizado conforme o item “viii” abaixo; **vi) Espécie e Garantia:** as debêntures serão da espécie com garantia flutuante, na forma do disposto no artigo 58, da Lei 6.404/76, e terão garantia adicional pignoratícia representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos da venda de imóveis de determinados empreendimentos da Companhia, no valor total de trinta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos (R\$39.689.725,47), na Data de Emissão; **vii) Forma e Tipo:** as debêntures serão da forma nominativa, escriturais, não conversíveis em ações da Companhia; a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das debêntures; **viii) Atualização Monetária:** o valor nominal das debêntures de todas as séries será atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e

divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”), desde a Data de Emissão até a data de vencimento de cada série; **ix) Juros Remuneratórios:** às debêntures de todas as séries serão conferidos juros remuneratórios equivalentes a treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, base trezentos e sessenta (360) dias corridos, calculados de forma exponencial e cumulativa, desde a Data de Emissão até a data de vencimento de cada série; os juros remuneratórios de cada série incidirão sobre o valor nominal das debêntures da respectiva série, atualizado monetariamente na forma do item “viii” acima; os juros remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal das debêntures de cada série, na data de vencimento da série respectiva; **x) Fundo de Resgate:** será constituído um fundo de resgate para as debêntures da primeira série, com os recursos oriundos do pagamento dos direitos creditórios caucionados pela Companhia em favor dos debenturistas; o fundo de resgate tem o objetivo de acumular, mensal e proporcionalmente, recursos necessários para o pagamento das debêntures da primeira série, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros remuneratórios; **xi) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido do mesmo fator utilizado para pagamento dos juros remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP; **xii) Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, resgatar as debêntures em circulação no mercado pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido de juros remuneratórios *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da liquidação financeira do resgate. Será acrescido também ao valor de resgate o valor relativo à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF devida pelo debenturista, se houver; o resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do §1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis; **xiii) Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures e exigir o imediato resgate, pela Companhia, das debêntures em circulação, na ocorrência dos seguintes eventos: **(a)** protesto de título(s) contra a Companhia cujo valor global seja igual ou superior a cem mil reais (R\$100.000,00), ou a constituição da Companhia em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer outra forma elidido pela Companhia na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de cinco (5) dias da sua ocorrência; **(b)** pedido de falência, insolvência ou pedido de concordata da Companhia; **(c)** dissolução ou liquidação

da Companhia; **(d)** descumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações previstas na escritura de emissão das debêntures ou em qualquer de seus anexos, não sanado em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, exceto por aquelas obrigações para as quais esteja previsto um prazo específico, hipótese em que tal prazo prevalecerá; **(e)** transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra alteração na estrutura societária da Companhia, exceto a sua incorporação pela Company Engenharia e Construções Ltda.; **(f)** inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações que serão prestadas pela Companhia, quando da celebração de contrato de penhor de direitos creditórios, que será anexo à escritura de emissão das debêntures; **(g)** ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de catorze (14) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; e **(h)** descumprimento de quaisquer obrigações previstas na escritura de emissão das debêntures ou em qualquer de seus anexos, ou ainda em lei; e **xiv) Procedimento de Distribuição:** a distribuição das debêntures será pública, em mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos coordenadores.

VI.4. Foi decidido, nos termos do art. 59, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da mesma Lei, com o único fim de atendimento de eventuais exigências feitas pela CVM na análise do processo de distribuição pública.

VI.4.1 Foi autorizada a prática pela Administração de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão, tais como celebrar a escritura de emissão, contratar agente fiduciário, fixando-lhe os honorários, banco mandatário e depositário das debêntures, e contratar as instituições financeiras que intermediarão a colocação pública das debêntures da 1ª emissão da Companhia, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato de distribuição, ajustando cláusulas e condições e bem assim a respectiva remuneração.

VI.5 Foi integralmente aprovado o projeto de reforma do Estatuto Social da Companhia mediante alteração da redação dos artigos 11, 12, 21, 22 e 23, bem como inclusão dos artigos 13, 14, 15, 16, 17 e 18 no Capítulo IV. Com isso, os referidos artigos passam a ter, respectivamente, a seguinte nova redação:

**"Art. 11:** A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

**Parágrafo Único:** A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores nela incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

**Art. 12:** O Conselho de Administração será composto por 3 (três) Conselheiros, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, sendo um Conselheiro Presidente, um Vice-presidente e outro sem designação específica, todos acionistas, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos por igual período.


**Parágrafo Único:** Os Conselheiros permanecerão nos seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

**Art. 13:** Caberá à Assembléia Geral eleger ou substituir o Conselheiro Presidente, o qual será responsável por convocar as reuniões do Conselho de Administração.

**Art. 14:** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada ou fac-símile enviada com 3 (três) dias úteis de antecedência aos demais membros.

**Parágrafo Primeiro:** Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer através de conferência telefônica.

**Art. 15:** Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá ao Presidente do Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembléia Geral. 

**Art. 16:** Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remunerações individuais, respeitados os limites fixados em Assembléia Geral;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (d) convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembléia Geral Extraordinária;
- (e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (f) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações de terceiros;
- (g) escolher e destituir os auditores independentes;
- (h) em prejuízo de a mesma faculdade ser atribuída à Assembléia Geral, manifestar sobre as matérias descritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; e
- (i) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral.

**Art. 17:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um deles o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo único:** Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a escolha dos novos membros.

**Art. 18:** Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo de gestão dos demais diretores.

(...)

**Art. 21:** Dos lucros líquidos apurados, após as deduções legais, serão destinados 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital integralizado. Do lucro líquido remanescente, serão destinados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.

**Art. 22:** O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em levantamento feito pela Companhia.

**Art. 23:** O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar inclusive a título de dividendos, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor, os quais serão compensados dos dividendos a serem pagos o exercício aos acionistas".

VI.5.1 Permanece inalterada a redação dos demais artigos do Estatuto Social da Companhia, alterando-se, entretanto, a numeração dos artigos 13 a 26 para artigos 19 a 32, devido à inclusão de artigos no Capítulo IV do Estatuto Social.

VI.5.2 Foi aprovada, por fim, em virtude das alterações supra, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“ESTATUTO SOCIAL DA  
COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES S.A.**

**CAPÍTULO I**

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

**Art. 1º:** A COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES S.A. é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.





**Art. 2º:** A Companhia tem a sede de sua administração e seu foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Araçari, 164, podendo mediante deliberação da Diretoria abrir e/ou extinguir escritórios, agências, filiais, depósitos, estabelecimentos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

**Art. 3º:** A Companhia tem por objeto:

- (a) a promoção e administração de empreendimentos imobiliários, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros;
- (b) a compra e venda de imóveis;
- (c) a indústria da construção civil e a prestação de serviços a ela relacionados;
- (d) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; e
- (e) a prestação de serviços de assessoria e planejamento a outras sociedades.

**Art. 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

**Art.5º:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), dividido em 23.000.000 (vinte e três milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Nome do Acionista	Nº de Ações
<b>COMPANY ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.</b>	18.399.997
<b>ELIAS CALIL JORGE</b>	2.760.000
<b>LUIZ ANGELO DE ANDRADE ZANFORLIN</b>	1.840.000
<b>WALTER FRANCISCO LAFEMINA</b>	1
<b>RICARDO JOSÉ RODRIGUES FONTOURA</b>	1
<b>RICARDO BANDEIRA VILLELA</b>	1
<b>Total</b>	23.000.000

**Art. 6º:** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

**Art. 7º:** As ações poderão ser representadas por cautelas ou títulos múltiplos, que serão assinados por dois Diretores, ou por um diretor em conjunto com um administrador, observadas as exigências legais e estatutárias quanto à outorga de mandatos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 8º:** Os acionistas reunir-se-ão ordinariamente em assembléia geral nos quatro primeiros meses do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Art. 9º:** As assembléias gerais serão convocadas e instaladas em conformidade com a lei e serão presididas por um acionista escolhido pelos presentes, ao qual caberá a designação do secretário.

**Art. 10:** As assembléias gerais deverão se instalar, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 50% do capital social com direito a voto. Em segunda convocação, poderão se instalar com qualquer número.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 11:** A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

**Parágrafo Único:** A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores nela incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

**Art. 12:** O Conselho de Administração será composto por 3 (três) Conselheiros, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, sendo um Conselheiro Presidente, um Vice-presidente e outro sem designação específica, todos acionistas, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos por igual período.



**Parágrafo Único:** Os Conselheiros permanecerão nos seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

**Art. 13:** Caberá à Assembléia Geral eleger ou substituir o Conselheiro Presidente, o qual será responsável por convocar as reuniões do Conselho de Administração.

**Art. 14:** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada ou fac-símile enviada com 3 (três) dias úteis de antecedência aos demais membros.

**Parágrafo Primeiro:** Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer através de conferência telefônica.

**Art. 15:** Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá ao Presidente do Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembléia Geral.

**Art. 16:** Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remunerações individuais, respeitados os limites fixados em Assembléia Geral;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (d) convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembléia Geral Extraordinária;



(e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

(f) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações de terceiros;

(g) escolher e destituir os auditores independentes;

(h) em prejuízo de a mesma faculdade ser atribuída à Assembléia Geral, manifestar sobre as matérias descritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; e

(i) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral.

**Art. 17:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um deles o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único:** Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a escolha dos novos membros.

**Art. 18:** Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo de gestão dos demais diretores.

**Art. 19:** A Diretoria sempre mediante a assinatura de dois Diretores, no mínimo, terá os poderes gerais de administração e gerência da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários o exercício normal das atividades sociais e que não sejam privativos da Assembléia Geral, bem como representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele. Entre os atos que podem ser praticados pela Diretoria está a contratação de financiamentos bancários ou qualquer outra operação de crédito, inclusive através do Sistema Financeiro de Habitação, e ainda a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto



social e ao desenvolvimento normal das atividades da sociedade, outorgando as garantias reais e fidejussórias que se fizerem necessárias.

**Art. 20:** Compete ainda à Diretoria deliberar, em reunião de Diretoria, sobre a aprovação pela sociedade de Notas Promissórias para distribuição pública e as condições em que a emissão será realizada.

**Art. 21:** A sociedade poderá ser representada por procuradores nomeados por dois Diretores em conjunto, para a prática de determinados atos ou série de atos da mesma espécie, inclusive os especificados no artigo anterior. O instrumento de mandato será outorgado com prazo de validade determinado, não superior a um ano, com exceção dos mandatos para representação em juízo, que poderão ser por prazo indeterminado.

**Art. 22:** Dependerão de aprovação prévia, em assembléia geral dos acionistas que representem 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, as decisões de realizar operações de aquisição, fusão ou incorporação de sociedade.

**Art. 23:** A Companhia poderá prestar aval e/ou fiança e/ou comparecer como garantidora de operações de crédito que venham a ser efetuadas por empresas coligadas e/ou em que detenha participação societária e/ou pessoas físicas, sempre mediante a deliberação de acionistas que representem 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim.

**Art. 24:** Os membros da diretoria ficam dispensados da prestação de caução.

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 25:** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de três membros e igual número de suplentes nas condições e com as atribuições previstas em lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**Art. 26:** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, levantando-se, em seguida, as demonstrações financeiras previstas em lei.



**Art. 27:** Dos lucros líquidos apurados, após as deduções legais, serão destinados 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital integralizado. O lucro remanescente permanecerá à disposição da assembléia geral, que decidirá sobre sua destinação.

**Art. 28:** Dos lucros líquidos apurados, após as deduções legais, serão destinados 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital integralizado. Do lucro líquido remanescente, serão destinados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.

**Art. 29:** O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em levantamento feito pela Companhia.

**Art. 30:** O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar inclusive a título de dividendos, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor, os quais serão compensados dos dividendos a serem pagos o exercício aos acionistas".

## **CAPÍTULO VII**

### **DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Art. 31** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.32:** As alterações ao presente estatuto, a transformação da Companhia em outro tipo de sociedade e a destinação dos resultados da Companhia apurados em balanço só poderão ser deliberados por acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto.

**Art. 33:** Aos casos omissões aplicar-se-ão as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976".

## **VII. Encerramento**

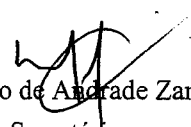


VII.1 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada: Company Engenharia e Construções Ltda. (Diretores: Walter Francisco Lafemina, Luiz Rogelio Rodrigues Tolosa); Elias Calil Jorge; Luiz Angelo de Andrade Zanforlin; Walter Francisco Lafemina; Ricardo José Rodrigues Fontoura; e Ricardo Bandeira Villela..

VII.2 Certificamos que a presente ata foi lavrada sob a forma sumária nos termos do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, cujo original foi lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembléias Gerais da Companhia, ficando autorizada a publicação da mesma com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º da Lei nº 6.404/76.

Esta certidão é cópia fiel da lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais da Companhia.

São Paulo, 19 de junho de 2001

  
Luiz Angelo de Andrade Zanforlin  
Secretário

